

**EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.264.378 - SP
(2018/0061851-1)**

RELATOR : MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
EMBARGANTE : F G G - POR SI E REPRESENTANDO
EMBARGANTE : R G G (MENOR)
EMBARGANTE : MIRIA GABRIEL GUIMARAES
EMBARGANTE : DAVI GABRIEL GUIMARAES
EMBARGANTE : KAREN GABRIEL GUIMARAES
EMBARGANTE : THAMIRIS GABRIEL GUIMARAES
ADVOGADOS : DÉCIO FRATIN - SP101990
MARCELO FRATIN E OUTRO(S) - SP193427
EMBARGADO : MUNICIPIO DE MAUA
PROCURADOR : MARIA DE FATIMA OLIVEIRA DE SOUZA E OUTRO(S) -
SP073929

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO.
RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO.
INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL E MATERIAL.
ALEGAÇÃO DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO. INEXISTENTE.

I - Trata-se de embargos de declaração opostos contra acórdão que desproveu agravo interno. Na origem se trata de ação de indenização por danos morais e materiais. Na sentença se julgou parcialmente procedente o pedido. No Tribunal *a quo*, a sentença foi parcialmente reformada. Nesta Corte não se conheceu do recurso especial diante da incidência do enunciado n. 7 da Súmula do STJ. A decisão foi mantida no julgamento do agravo interno.

II - Os aclaratórios somente são cabíveis para a modificação do julgado que se apresentar omissos, contraditórios ou obscuros, bem como para sanar possível erro material existente na decisão, o que não aconteceu no caso dos autos.

III - Embargos de declaração não se prestam ao reexame de questões já analisadas, com o nítido intuito de promover efeitos modificativos ao recurso, quando a decisão apreciou as teses relevantes para o deslinde do caso e fundamentou sua conclusão.

IV - Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do

voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Og Fernandes, Mauro Campbell Marques e Assusete Magalhães votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO

Relator

